



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 30/20- ELETRÔNICO
(PROCESSO SEI 0029355-16.2019.6.17.8000)**

A União, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 10.520/02, dos Decretos n.ºs 3.555/00, 8.538/15 e **10.024/19**, da Lei Complementar n.º 123/06, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/93, consoante as condições e especificações estatuídas neste Edital e anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 08/06/2020

Hora: 09h00 - horário de Brasília/DF

Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br

Telefones: (81) 3194.9283 - CPL / (81) 3194.9285 – CPL

Local: Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.160, 4.º andar, sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, Graças, Recife/PE, CEP 52.010-904

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação visa à **aquisição de Material Bibliográfico para atualização do acervo da Biblioteca, Secretarias e Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE**, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes do Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**) deste Edital.

1.2 - O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93. A supressão poderá exceder esse limite, nos casos de acordo celebrado entre os contratantes, segundo dispõe o art. 65, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/93.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DE CREDENCIAMENTO

2.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que:

2.1.1 - estiverem devidamente **cadastradas** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **Sicaf, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o **art. 9º, do Decreto nº 10.024/19**;

2.1.2 - manifestarem o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, em campo próprio do sistema eletrônico, bem como que a proposta está em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;

2.1.3 - remeterem eletronicamente a proposta com a descrição do objeto e o preço ofertado até, no máximo, a hora marcada para o início da sessão pública, indicada no preâmbulo deste Edital;

2.1.4 - responsabilizarem-se, exclusivamente, por todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta, e, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública;

2.1.5 - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório. Será de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.2 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, que desejarem participar do certame com os benefícios da LC n.º 123/06, deverão manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3 - Para participar do Pregão Eletrônico, a licitante deverá ainda se **CRENCIAR** perante o provedor do sistema do Pregão Eletrônico, através do sítio www.comprasnet.gov.br.

2.3.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.3.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Ao provedor do sistema ou ao TRE/PE não compete a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

2.4.1 - A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo, ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.5 - Não será admitida a participação de empresas:

2.5.1 - que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.5.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar com o TRE/PE suspenso, durante o prazo da sanção aplicada;

2.5.3 - que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.5.4 - que estejam impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.5.5 - reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.5.6 - estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

2.5.7 - cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação;

2.5.8 - sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos

materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

3.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

3.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.9 - Os licitantes deverão declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de suas propostas com as exigências do edital.

4 - DA PROPOSTA

4.1 - A proposta, a ser encaminhada **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até as **09h00 do dia 08 de junho de 2020 (horário de Brasília/DF)**, deverá conter:

4.1.1 - **a especificação do objeto no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”**, conforme disposto no Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**);

4.1.2 - **o PERCENTUAL DE DESCONTO;**

4.1.2.1 – o percentual de desconto será aplicado sobre o **preço original do catálogo da editora, distribuidor ou livreiro**, observando-se o percentual de desconto mínimo estabelecido neste Edital, que deverá ser comprovado pela licitante vencedora na apresentação da nota fiscal quando da entrega do material;

4.1.2.2 - no preço final dos materiais bibliográficos, já deduzido o percentual de desconto ofertado, deverão estar incluídos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas pertinentes;

4.1.2.3 - após aplicação do desconto será obtido o preço unitário de cada livro a ser fornecido;

4.1.2.4 – **o percentual mínimo de desconto deverá ser de 33,64%;**

4.2 - A proposta terá **prazo de validade de 60 (sessenta) dias**, contado da data da abertura da sessão pública.

4.3 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão tidos como inclusos nos preços, e não serão considerados pleitos de acréscimos, a este ou a qualquer título.

4.4 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, do Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**), sejam omissas, apresentem irregularidades, ilegalidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.5 - Caso haja qualquer discordância entre a descrição do CATMAT/CATSER e a do Edital, **prevalecerá a descrição constante no Edital.**

4.6 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Para a comprovação da **regularidade jurídica, fiscal e trabalhista**, os Empresários ou Sociedades, com cadastramento e habilitação parciais regulares no SICAF, devem assinalar no campo próprio do sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", através do sítio www.comprasnet.gov.br, a declaração de que não infringem a proibição do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93), **bem como, quando for o caso**, de que se enquadram na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 13, § 2º, do Decreto n.º 8.538/15).

5.1.1 - Caso a licitante pretenda fornecer o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "on-line" ao SICAF. Se o estabelecimento não for cadastrado ou se encontrar irregular perante o SICAF, a licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste estabelecimento.

5.2 - Caso a licitante não esteja em situação regular no Sicafe, deverá apresentar, sem prejuízo do disposto no **item anterior**, os seguintes documentos:

5.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, através de comprovante emitido via *Internet*, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, no serviço de "Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral". O número indicado neste documento deverá constar de todas as notas fiscais/faturas;

5.2.2 - prova de regularidade com as **Fazendas Federal e Estadual**, por meio de certidões negativas, ou equivalentes, na forma da lei, bem como prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.2.3 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

5.2.4 - prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou equivalente, conforme exigência estabelecida pela Lei n.º 12.440/11, alterando o disposto no artigo 27, IV da Lei n.º 8.666/93.

5.3 - Na hipótese da ocorrência prevista no **item 5.2**, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos ali exigidos, mesmo que eles apresentem alguma restrição.

5.4 - Será admitida a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista através da *Internet*, por meio de consulta *on-line* efetuada pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

5.5 - Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6 - DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 - Os pedidos de **esclarecimento**, referentes ao processo licitatório, deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para os endereços eletrônicos cpl@tre-pe.jus.br / trecplpe@gmail.com, ou para o fax n.º (81) 3194-9283/3194-9285.

6.1.1 - As mensagens enviadas e recebidas através do correio eletrônico podem ter arquivos anexados exclusivamente com as seguintes extensões: **“.doc”, “.zip”, “.arj”, “.xls”, “.rar”, “.txt”, “.mdb”, “.gz”, “.sql”**.

6.1.2 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis, responder aos **pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.

6.2 - Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este Edital, pelos endereços eletrônicos cpl@tre-pe.jus.br / trecplpe@gmail.com.

6.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis, decidir sobre **a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento **da impugnação**.

6.4 - Acolhida a impugnação, apenas será designada nova data para a realização do certame se houver mudança nas condições de formulação das propostas.

6.4.1 - **As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos** previstos no certame.

6.4.1.1 - **A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional** e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4.1.2 - As **respostas** aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6.5 - O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o **tem 4.1** e o objeto da licitação, e desclassificará as que não atendam às exigências deste Edital e seus Anexos sejam omissas, apresentem irregularidades, ilegalidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.5.1 - A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.6 - Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, ocasião em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, e serão imediatamente informadas de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.6.1 - Durante a etapa dos lances, não será possível a identificação dos participantes, nem dos autores de menores lances.

6.6.2 - As licitantes deverão, durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, atentar para as informações e recomendações efetuadas pelo Pregoeiro através de *chat*. Não serão cabíveis alegações posteriores de desconhecimento das referidas comunicações.

6.7 - Os lances serão ofertados pelo **PERCENTUAL DE DESCONTO**.

6.8 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, desde que observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras de aceitação deles.

6.8.1 - O **intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento)**.

6.9 - O **licitante somente poderá oferecer lance** de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.10.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o **item anterior**, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **itens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.10.4 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.11 - Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas, em tempo real, sobre o valor do menor lance registrado, que, para efeito desta licitação, será aquele que apresentar **MAIOR DESCONTO**, segundo o critério de julgamento disposto no **Capítulo 8**, vedada a identificação de seu detentor.

6.11.1 - **Não serão aceitos dois ou mais lances iguais** e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.12 - No caso de **desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro**, no decorrer da etapa de envio de lances, se o sistema permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, quando do restabelecimento da conexão com o Pregoeiro.

6.13 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública do Pregão Eletrônico será suspensa e **reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação** expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para a divulgação.

6.14 - **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**

6.15 - Após a fase de lances, o sistema identificará e ordenará as licitantes pelo critério de **MAIOR DESCONTO**, disposto no **Capítulo 8**, entre as microempresas ou empresas de pequeno porte e as demais empresas.

6.15.1 - Para os fins deste Edital, **configuram empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido oferecida por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.15.2 - Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta inferior àquela classificada, a princípio, em primeiro lugar no certame, no prazo máximo de **5 (cinco) minutos**, por item em situação de empate, sob pena de preclusão, controlados pelo sistema.

6.15.3 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese do **subitem 6.15.2**, não apresente nova proposta inferior à proposta mais bem classificada, será convocada outra licitante por ordem de classificação, observando-se o disposto no **item 6.15** e seguintes, para exercício do mesmo direito.

6.16 - Na hipótese de não-contratação através das regras previstas nos **subitens 6.15.1 a 6.15.3**, será convocada a empresa que apresentou a proposta originalmente mais bem classificada.

6.16.1 - A **ordem de apresentação pelos licitantes** é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.16.1.1 - Havendo eventual empate **entre propostas ou entre propostas e lances**, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para **pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social** e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

d.1) para fins de comprovação do critério de desempate constante da alínea acima, **deve ser demonstrado o atendimento aos seguintes requisitos:**

d.1.1) **que o licitante emprega** pessoa com deficiência ou reabilitado do INSS, mediante apresentação da carteira de trabalho respectiva, na qual conste de forma clara o vínculo empregatício com a empresa, **ou outro documento hábil que comprove** o vínculo empregatício;

d.1.2) **que o licitante emprega** pessoa(s) nessa condição no percentual mínimo de 2%, pelo menos, do total de trabalhadores da empresa, através da apresentação da Relação de Empregados - RE emitida do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), lista emitida pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia, atualizados, **ou outro documento apto a demonstrar** o quantitativo total de empregados da licitante;

d.1.3) **que o(s) empregado(s)** em questão comprovadamente é(são) pessoa(s) com deficiência ou reabilitado do INSS, conforme laudo médico atestando a deficiência ou a reabilitação, **ou, ainda, outro documento hábil a comprovar** tal condição do trabalhador.

6.16.1.2 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.17 - **Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública**, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, **para que seja obtida melhor proposta**. Em seguida, fará o julgamento.

6.17.1 - Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.18 - Quando, na aceitação da proposta, houver negociação de valor, o Pregoeiro deverá registrar o **NOVO PREÇO/DESCONTO**, segundo o critério de julgamento disposto no **Capítulo 8**, no sistema.

6.19 - Após a análise e aceitação da proposta, inclusive quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar.

6.19.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sessão pública do Pregão Eletrônico será suspensa, a fim de que sejam observadas as disposições contidas no **item 6.24**.

6.19.2 - No ato da suspensão da sessão pública do Pregão Eletrônico será informada a data e o horário do seu reinício, sem que haja qualquer outra comunicação.

6.20 - As empresas classificadas devem acompanhar todas as sessões, para o caso de virem a ser convocadas para as fases de aceitação de proposta e de habilitação, sob pena de desclassificação.

6.21 - Constatada a hipótese do **item 6.16**, e se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro convocará a licitante da proposta de segundo menor valor, segundo o critério do **MAIOR DESCONTO** disposto no **Capítulo 8**, e verificará sua habilitação conforme as disposições deste Edital, e assim sucessivamente, até que uma das licitantes atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório, observada a regra relativa à remessa de documentos ao Pregoeiro disposta no capítulo da Habilitação.

6.22 - Na situação prevista no **item anterior**, o Pregoeiro poderá negociar, na forma do **item 6.17**.

6.23 - Será declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta **com o MAIOR DESCONTO**, segundo o critério de julgamento disposto no **Capítulo 8**, e atender as exigências fixadas neste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame, pelo Pregoeiro.

6.23.1 - **O(s) preço(s) máximo(s) admitido(s) para o objeto do presente certame é(são) o(s) constante(s) do Termo de Referência (ANEXO ÚNICO) deste Edital.**

6.24 - Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da divulgação **do resultado da fase de habilitação**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.24.1 - A prorrogação do prazo estabelecido poderá ser concedida, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.24.2 - A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração, na forma do **item 6.21**, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.25 - Da sessão pública será lavrada ata, assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

7 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 - Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

7.1.1 - A motivação de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e a pretensão da licitante.

7.1.2 - A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão pública, imediatamente após a declaração da vencedora.

7.1.3 - Manifestado o propósito de recorrer, será concedido à licitante o prazo de **3 (três) dias** para apresentação de suas razões. As demais licitantes serão, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.1.4 - Será assegurado às licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ou acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

7.2 - A **ausência de manifestação imediata e motivada** da licitante, na sessão pública, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

7.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.4 - As razões e as contrarrazões serão dirigidas ao Presidente deste Tribunal, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em **3 (três) dias**, poderá rever sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

7.5 - Julgado procedente o recurso, serão considerados inválidos **apenas os atos que não podem ser aproveitados**.

7.6 - A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que trata o **item 6.24**.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 - O critério de julgamento desta licitação será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre o preço original do catálogo da editora, distribuidor ou livreiro**, desde que atendidas as exigências deste Edital.

8.1.1 - O objeto do Edital será **adjudicado a uma única licitante cuja proposta for declarada vencedora**.

8.2 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente deste Tribunal homologará a licitação. A adjudicatária será convocada para recebimento da nota de empenho, no prazo de **1 (um) dia útil** a contar da data em que receber a comunicação.

8.2.1 - O prazo de que trata o presente item poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora e desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

8.3 - Se a licitante vencedora **não apresentar situação regular no ato da emissão da nota de empenho**, será convocada outra licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos **itens 6.15 a 6.24**.

8.4 - Se a licitante vencedora recusar-se a receber a Nota de Empenho, será aplicada a regra do **item 8.3**, sem prejuízo do disposto no **Capítulo 10** deste Edital.

8.5 - A licitante vencedora, se for optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), deverá, quando da emissão da nota de empenho, apresentar ao TRE/PE, em 2 (duas) vias, declaração - firmada por representante ou procurador da empresa, conforme o caso, nos moldes do Anexo IV, da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12 (arts. 4º e 6º), alterada pela Instrução Normativa SRF n.º 1.540/15, ambas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.5.1 - O TRE/PE anexará a 1ª (primeira) via da declaração citada ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

8.5.2 - A declaração de que trata este item poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pelo TRE/PE conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

8.5.3 - Alternativamente à declaração supramencionada, o TRE/PE poderá verificar a permanência da licitante vencedora no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao processo ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a licitante vencedora informar imediatamente ao TRE/PE qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

9 - DO PAGAMENTO

9.1 – Pela perfeita e fiel entrega do objeto licitado, o TRE/PE efetuará o pagamento do preço proposto pela licitante vencedora, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, agência e banco indicados, em até **5 (cinco) dias úteis** na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, conforme art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, caso efetuado até **06/12/2020**, prazo de vigência da Medida Provisória n.º 961; ou **31/12/2020** em se convertendo a aludida medida provisória em lei, data em que coincide com o termo final dos efeitos do estado de calamidade pública reconhecido no citado decreto legislativo, devendo-se considerar, após esses períodos, o limite estabelecido no Decreto Federal n.º 9.412/2018, qual seja, **R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)**; e em até **10 (dez) dias úteis**, para valores superiores, contado da data do atesto pelo TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela licitante vencedora.

9.1.1 - A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações impostas à licitante vencedora, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

9.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (**item 5.2.1** deste Edital).

9.2.1 - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da licitante vencedora (matriz/filial) encarregada do fornecimento do objeto da contratação, **entre aqueles constantes dos documentos de habilitação**, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de **8 (oito) dias úteis**, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

9.3 - Antes de cada pagamento à licitante vencedora, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a licitante vencedora para proceder à regularização, sob pena de

instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

9.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a **taxa de compensação financeira** devida pelo TRE/PE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/02, a licitante/adjudicatária que:

a) não aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) apresentar documentação falsa;

c) **não entregar** os documentos exigidos no certame;

d) **causar atraso na execução** do objeto;

e) não manter a proposta;

f) cometer fraude fiscal;

g) comportar-se de modo inidôneo;

g.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

g.1.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

g.1.2) atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

g.1.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos moldes da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

g.1.4) ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do

Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

10.1.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a licitante vencedora que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução da contratação;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

10.2 - A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE/PE;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- c) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);
- d) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/PE, **pelo prazo de até dois anos**;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF, **pelo prazo de até cinco anos**;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o TRE/PE pelos prejuízos causados.

10.2.1 - Também ficam sujeitas às penalidades do **art. 87**, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.3 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

10.4 - As **sanções serão** obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante vencedora, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784/99.

10.6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A despesa decorrente da execução do objeto do presente certame está vinculada à Classificação:

| Ação | Natureza da despesa/Subelemento da despesa | Plano Interno |
|--|---|----------------------|
| 167661 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Pernambuco | 4490.52.18 - Equipamentos e Material Permanente/Coleções e Materiais Bibliográficos | INV PERMAN |

12 - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 - As condições da entrega e do recebimento do objeto constam do Termo de Referência **(ANEXO ÚNICO)**.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S) E DO TRE/PE

13.1 - As obrigações da licitante vencedora e do TRE/PE são as estabelecidas no Termo de Referência **(ANEXO ÚNICO)**.

14 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1 - Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, bem como no Acórdão n.º 1056/2017 – Plenário do TCU; na Resolução n.º 201/2015 do CNJ e na Resolução n.º 23.474/2016 do TSE, será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade o que se segue:

14.1.1 - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

14.1.2 - não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105;

14.1.3 - priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;

14.1.4 - obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

14.1.5 - fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE;

14.1.6 - Observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas;

14.1.7 - No que couber, a contratada deverá cumprir normas da ABNT;

14.1.8 - No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a licitante vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);

14.2 - A licitante vencedora deverá apresentar, nos termos previstos nas obrigações da licitante vencedora (**ANEXO ÚNICO**), declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no presente capítulo.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PE. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.2 - É facultada ao Pregoeiro ou ao Presidente do TRE/PE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.3 - O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

15.4 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

15.5 - O Presidente deste Tribunal poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, **pertinente e suficiente para justificar a revogação**, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, **por meio de ato escrito e fundamentado**.

15.6 - A anulação do procedimento deste Edital, por motivo de ilegalidade, induzirá à da contratação, o que não obrigará o TRE/PE a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no **item 15.8**.

15.7 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este Edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

15.8 - A nulidade não exonera o TRE/PE do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros danos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, e de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.9 - É vedada à adjudicatária a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial) da contratação.

15.10 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/PE, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/16).

15.11 - Consoante o prescrito no art. 2.º, VI, da Resolução n.º 07, de 18/10/05, do Conselho Nacional de Justiça (incluído pela Resolução n.º 229/16), fica vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente ao **Contratante**.

15.12 - A vedação constante do **item anterior** se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (art. 2º, § 3º, da Resolução n.º 7/05 do CNJ, incluído pela Resolução nº 229/16).

15.13 - Informações complementares sobre a presente licitação poderão ser obtidas pelo telefone e fax nºs (81) 3194-9283, 3194-9285 ou pelos e-mails cpl@tre-pe.jus.br / treclpe@gmail.com.

15.14 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO ÚNICO - Termo de Referência

Recife, 25 de maio de 2020.

Aurora Capela Gomes
Assessoria de Editais e Contratos
Assessora-Chefe



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

ANEXO ÚNICO

EDITAL DO PREGÃO N.º 30/20- ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO – CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

Aquisição de Material Bibliográfico para atualização do acervo da Biblioteca, Secretarias e Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE.

| Item | Unidade | Material | Natureza da Despesa | Cód. BR (CATMAT) | Qtd. | Percentual mínimo de desconto |
|------|---------|--|---------------------|--|------|-------------------------------|
| 1 | UN | Material Bibliográfico - Doutrina Jurídica em geral / Códigos Jurídicos Secos, Anotados, Comentados ou Interpretados; Constituições Secas, Anotadas, Comentadas ou Interpretadas; Coletâneas ou Consolidações de Legislação de diversas, Secas, Comentadas, Anotadas ou Interpretadas, inclusive Vade-Mecum (gerais ou especializados) / Material bibliográfico de outras áreas, especialmente de Medicina, Odontologia, Engenharia, Ciências da Saúde, Informática | 52.18 | BR0150002 - LIVRO C. SOC, ESTAT, POLÍT, ECON, COMÉRCIO E DIREITO, NOME: LIVRO CIÊNCIAS SOCIAIS, ESTATÍSTICA, POLÍTICA. Descrição complementar, conforme este Termo de Referência | 1 | 33,64% |

| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | <p>e Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Administração, Finanças, Controle Interno, Ciência da Informação e Arquivologia.</p> <p>O TRE-PE encaminhará listagem com a especificação dos títulos e quantitativos a serem fornecidos pela empresa vencedora.</p> | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|

1.1 - Será exigida da empresa fornecedora a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica para o fornecimento do material, se for o caso, visando atender à Cláusula Segunda, inciso I do Protocolo ICMS 42, de 03/07/2009, alterado pelo Protocolo ICMS 85, de 09/07/2010.

1.2 - **A Nota Fiscal deverá conter** ISBN, título da obra, autor, editora, número da edição, ano de publicação, além da relação dos títulos adquiridos.

2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 - A entrega dos materiais objeto deste Edital deverá ser efetuada na Seção de Almojarifado do TRE/PE, localizada na Av. Rui Barbosa, n.º 320, Graças, Recife/PE, CEP 52.011-040, no horário das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da confirmação do recebimento da nota de empenho.

2.2 - A licitante vencedora terá o prazo de **1 (um) dia útil** para confirmação do recebimento da nota de empenho, através do e-mail secom@tre-pe.jus.br, ou pelos fones (81) 3194-9334 / 3194-9336 / 3194-9337/ 3194-9338 / 3194-9339.

2.2.1 - No caso da inexistência da confirmação exigida acima, será emitida certidão por servidor do setor solicitante, registrando a data do recebimento da nota de empenho pela licitante.

2.3 - Os materiais serão recebidos provisoriamente na Seção de Almojarifado para posterior verificação da conformidade com a especificação. A conferência pormenorizada será realizada em momento posterior pelo setor demandante - ASBEM/EJE, responsável pela emissão do atesto do recebimento do material.

2.4 - Em hipótese alguma será aceito material que apresente defeitos de editoração ou estejam diferentes da descrição solicitada pela ASBEM/EJE ou em desacordo com o Edital ou com a nota de empenho, bem como com defeito de fabricação, avarias, falhas ou manchas, ou em desacordo com as demais condições elencadas neste Termo de Referência, ficando a empresa obrigada a recolhê-lo e substituí-lo no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem qualquer ônus para o TRE/PE;

2.5 - O material bibliográfico a ser entregue **deverá ser da última edição escrita comercializável no mercado**, mesmo tendo sido solicitada edição anterior por razões de desconhecimento, ou excepcionalmente conforme requisição expressa do setor demandante deste Tribunal, bem como se enquadra na mesma regra a legislação codificada ou comentada, que deverá incluir as últimas alterações legislativas, sob pena de serem rejeitadas;

2.6 - Os livros deverão ser novos, sem uso ou defeito, sujeito a não recebimento no caso de não atendimento a este requisito;

2.7 - A licitante vencedora deverá entregar as publicações em perfeitas condições de uso e armazenamento, devidamente embaladas e protegidas, para evitar estragos durante o transporte e recebimento;

3. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S)

3.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora a entrega do objeto a ela adjudicado, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência (**ANEXO ÚNICO**), bem como as oferecidas em sua proposta.

3.2 - Constituirão ainda obrigações da(s) licitante(s) vencedora(s):

3.2.1 – entregar o material conforme prazos e condições constantes deste Termo de Referência;

3.2.2 - colocar à disposição da ASBEM/EJE os catálogos e tabelas de preços das obras, quando solicitados;

3.2.3 - recolher e substituir, tantas vezes quanto necessário, sem qualquer direito à indenização, as obras que apresentarem defeitos de editoração ou estejam diferentes da descrição solicitada pela ASBEM/EJE ou em desacordo com o Edital ou com a nota de empenho, bem como com defeito de fabricação, avarias, falhas ou manchas, ou em desacordo com as demais condições elencadas no Termo de Referência (ANEXO ÚNICO do Edital que originou a presente contratação), ficando a empresa obrigada a recolhê-lo e substituí-lo no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem qualquer ônus para o TRE/PE;

3.2.4 - manter, durante toda a execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei n.º 8.666/93;

3.2.5 - comunicar ao TRE/PE qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão;

3.2.6 - **apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade** previstos no Capítulo - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE do Edital, para fins de análise pelo setor demandante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da confirmação do recebimento da nota de empenho;

3.2.6.1 - O setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório em relação ao disposto no capítulo dos Critérios de Sustentabilidade;

3.2.7 - manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto;

3.2.8 - informar ao TRE/PE qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/PE

4.1 - Serão de responsabilidade do TRE/PE:

4.1.1 - encaminhar, via e-mail, listagem com a especificação dos títulos e quantitativos a serem fornecidos pela empresa vencedora;

4.1.2 – receber e conferir o material;

4.1.3 - atestar a nota fiscal/fatura e efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados neste instrumento, desde que não haja nenhum fato impedimento legal para o fato;

4.1.4 - arcar com as despesas de publicação do extrato da nota de empenho no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil ao mês subsequente ao de sua emissão, para ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias** daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93;

4.1.5 - acompanhar e fiscalizar a entrega do material, por meio de servidor(es) do TRE/PE, especialmente designado(s) pela Administração, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento;

5. PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS

O(s) preço(s) máximo(s) admitido(s) são os constantes da tabela abaixo:

| Item | Unidade | Material | Natureza da Despesa | Cód. BR (CATMAT) | Qtd. | Percentual mínimo de desconto | Valor máximo total para o item |
|------|---------|--|---------------------|---|------|-------------------------------|--------------------------------|
| 1 | UN | <p>Material Bibliográfico - Doutrina Jurídica em geral / Códigos Jurídicos Secos, Anotados, Comentados ou Interpretados; Constituições Secas, Anotadas, Comentadas ou Interpretadas; Coletâneas ou Consolidações de Legislação de diversas, Secas, Comentadas, Anotadas ou Interpretadas, inclusive Vade-Mecum (gerais ou especializados) / Material bibliográfico de outras áreas, especialmente de Medicina, Odontologia, Engenharia, Ciências da Saúde, Informática e Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Administração, Finanças, Controle Interno, Ciência da Informação e Arquivologia.</p> <p>O TRE-PE encaminhará listagem com a especificação dos títulos e quantitativos a serem fornecidos pela empresa vencedora.</p> | 52.18 | <p>BR0150002 - LIVRO C. SOC, ESTAT, POLÍT, ECON, COMÉRCIO E DIREITO, NOME: LIVRO CIÊNCIAS SOCIAIS, ESTATÍSTICA, POLÍTICA.</p> <p>Descrição complementar, conforme este Termo de Referência</p> | 1 | 33,64% | R\$ 8.416,02 |

Segue abaixo tabela detalhada, exemplificativa dos títulos (pois, no momento da solicitação, podem alguns estarem esgotados, no prelo ou retirados de circulação), para demonstração do valor total máximo do item **Material Bibliográfico**:

| Item | Unid. | Material | Qtd | Percentual mínimo de desconto aceitável | Preço Unitário Máximo Aceitável | Valor Máximo Aceitável |
|---|-------|---|-----|---|---------------------------------|------------------------|
| Doutrina Jurídica em geral: 47 títulos (47 exemplares) | | | | | | |
| 1. | UN | Almeida, Vitor. A capacidade civil das pessoas com deficiência e os perfis da curatela ; prefácio de Heloisa Helena Barboza. Belo Horizonte: Fórum, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 95,30 | R\$ 95,30 |
| 2. | UN | Amado, Frederico. Reforma previdenciária comentada: Emenda constitucional 103/2019 e seus impactos infraconstitucionais . Salvador: Juspodivm, 2020. | 1 | 33,64% | R\$ 90,16 | R\$ 90,16 |
| 3. | UN | Amado, Frederico. Direito ambiental . 11. ed., rev. atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2020. | 1 | 33,64% | R\$ 169,91 | R\$ 169,91 |
| 4. | UN | Araujo Júnior, Gediel Claudino de. Prática no processo civil: cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos . 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Gen, Atlas, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 152,92 | R\$ 152,92 |
| 5. | UN | Basile, César Reinaldo Offa. Direito do trabalho: teoria geral, contrato de trabalho e segurança e saúde no trabalho . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 54,50 | R\$ 54,50 |
| 6. | UN | Bueno, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum: processos nos tribunais e recursos: 2 . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 145,25 | R\$ 145,25 |
| 7. | UN | Cairo Júnior, José. Curso de direito processual do trabalho . 13. ed. Salvador : Juspodivm, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 142,13 | R\$ 142,13 |
| 8. | UN | Campos Neto, Raymundo. Partidos políticos brasileiros . Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. | 1 | 33,64% | R\$ 61,93 | R\$ 61,93 |
| 9. | UN | Canhadas, Fernando Augusto Martins. O direito de acesso à informação pública: o princípio da transparência administrativa . | 1 | 33,64% | R\$ 58,95 | R\$ 58,95 |

| | | | | | | |
|-----|----|---|---|--------|------------|------------|
| | | Curitiba: Appris, 2018. | | | | |
| 10. | UN | Carvalho, Antonio Carlos Alencar. Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da administração pública ; prefácio da primeira edição, Min. Marco Aurélio Mello. 6. ed. rev., atual. e aum. Belo Horizonte: Fórum, 2018. | 1 | 33,64% | R\$ 335,53 | R\$ 335,53 |
| 11. | UN | Carvalho, Matheus. Manual de direito administrativo . 6. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 175,66 | R\$ 175,66 |
| 12. | UN | Chimenti, Ricardo Cunha. Direito tributário: direito financeiro, direito orçamentário e Lei de responsabilidade fiscal . 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,17 | R\$ 55,17 |
| 13. | UN | Chimenti, Ricardo Cunha. Direito eleitoral 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,44 | R\$ 55,44 |
| 14. | UN | Cunha, Rogério Sanches. Manual de direito penal: parte geral (arts. 1º ao 120) . 7. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 132,16 | R\$ 132,16 |
| 15. | UN | Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 32. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 233,49 | R\$ 233,49 |
| 16. | UN | Didier Jr., Fredie. Curso de direito processual civil: 1: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento . 21. ed., rev., atual. e ampl. Salvador : JusPODIVM, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 137,40 | R\$ 137,40 |
| 17. | UN | Didier Junior, Fredie. Curso de direito processual civil: 2: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória / Paula Sarno Braga, Rafael Alexandria de Oliveira. 14. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 123,65 | R\$ 123,65 |
| 18. | UN | Didier Junior, Fredie. Curso de direito processual civil: 3: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais /Leonardo Carneiro da Cunha. 16. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 137,60 | R\$ 137,60 |
| 19. | UN | Gomes, José Jairo. Direito eleitoral . 15. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo : Atlas, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 189,00 | R\$ 189,00 |
| 20. | UN | Gonçalves, Carlos Roberto. Direito de | 1 | 33,64% | R\$ 49,93 | R\$ 49,93 |

| | | | | | | |
|-----|----|--|---|--------|------------|------------|
| | | família . 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | | | | |
| 21. | UN | Gonçalves, Carlos Roberto. Direito das obrigações: parte especial: responsabilidade civil . 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 63,91 | R\$ 63,91 |
| 22. | UN | Gonçalves, Carlos Roberto. Direito civil: volume 1 : parte geral 25. ed. São Paulo : Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,17 | R\$ 55,17 |
| 23. | UN | Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. Processo civil: Processo de execução e cautelar . 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,44 | R\$ 55,44 |
| 24. | UN | Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. Procedimentos especiais . 16. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,44 | R\$ 55,44 |
| 25. | UN | Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. Tutela de interesses difusos e coletivos . 13. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 54,19 | R\$ 54,19 |
| 26. | UN | Gonçalves, Maria Gabriela Venturoti Perrotta Rios. Direito empresarial: direito de empresa e sociedades empresárias . 11. ed. São Paulo: Saraiva JUR, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,17 | R\$ 55,17 |
| 27. | UN | Gonçalves, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a pessoa . 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,44 | R\$ 55,44 |
| 28. | UN | Greco, Rogério. Curso de direito penal: parte geral: volume 1: artigos 1º a 120 do código penal . 21. ed., rev., ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2019 Niterói: Impetus, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 143,28 | R\$ 143,28 |
| 29. | UN | Greco, Rogério. Curso de direito penal: parte especial: volume 2: arts. 121 a 212 do código penal . Rogério Greco. 16. ed., rev., ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2019 Niterói : Impetus, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 143,28 | R\$ 143,28 |
| 30. | UN | Greco, Rogério. Curso de direito penal: parte especial: volume 3: artigos 213 a 361 do código penal . 16. ed., rev., ampl. e atual. até 1º de janeiro de 2019 Niterói: Impetus, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 134,33 | R\$ 134,33 |
| 31. | UN | Lenza, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 154,80 | R\$ 154,80 |
| 32. | UN | Masson, Nathalia. Manual de direito constitucional . 7. ed., rev., atual. e ampl. | 1 | 33,64% | R\$ | R\$ |

| | | | | | | |
|-----|----|---|---|--------|------------|------------|
| | | Salvador : JusPODIVM, 2019. | | | 153,44 | 153,44 |
| 33. | UN | Marinoni, Luiz Guilherme. Novo curso de processo civil: volume 1: teoria do processo civil / Sergio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 134,78 | R\$ 134,78 |
| 34. | UN | Marinoni, Luiz Guilherme. Curso de processo civil: vol. 2: tutela dos direitos mediante procedimento comum /Sergio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 195,28 | R\$ 195,28 |
| 35. | UN | Marinoni, Luiz Guilherme. Curso de processo civil: vol. 3: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados /Sergio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 135,20 | R\$ 135,20 |
| 36. | UN | Monnerat, Fábio Victor da Fonte. Introdução ao estudo do direito processual civil . 4.ed São Paulo: Saraiva Educação, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 80,81 | R\$ 80,81 |
| 37. | UN | Nucci, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: vol. 1: parte geral: arts. 1º a 120 do código penal . 3. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro : Gen, Forense, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 165,90 | R\$ 165,90 |
| 38. | UN | Pereira, Eliomar da Silva. Introdução ao direito de polícia judiciária . Belo Horizonte : Forum, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 49,61 | R\$ 49,61 |
| 39. | UN | Pinho, Rodrigo César Rebello. Direito Constitucional: Teoria geral da constituição e direitos fundamentais . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 53,55 | R\$ 53,55 |
| 40. | UN | Reis, Alexandre Cebrian Araújo. Processo penal: parte geral / Victor Eduardo Rios Gonçalves. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,17 | R\$ 55,17 |
| 41. | UN | Reis, Alexandre Cebrian Araújo. Processo penal: procedimentos, nulidades e recursos / Victor Eduardo Rios Gonçalves.19.ed. São Paulo: Saraiva jur, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 58,74 | R\$ 58,74 |
| 42. | UN | Rosa, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo . 15. ed. São Paulo : Saraiva, 2018. | 1 | 33,64% | R\$ 53,73 | R\$ 53,73 |
| 43. | UN | Rosa, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo: parte II / Márcio Fernando Elias Rosa. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. | 1 | 33,64% | R\$ 55,17 | R\$ 55,17 |

| | | | | | | |
|---|----|---|---|--------|------------|------------|
| 44. | UN | Santos, Mariza Ferreira dos. Direito previdenciário . 14. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,17 | R\$ 55,17 |
| 45. | UN | Sarlet, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 . 10. ed., rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2015. | 1 | 33,64% | R\$ 67,59 | R\$ 67,59 |
| 46. | UN | Sirvinskas, Luís Paulo. Manual de direito ambiental 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 167,85 | R\$ 167,85 |
| 47. | UN | Theodoro Júnior, Humberto. Curso de direito processual civil: volume III: execução forçada, cumprimento de sentença, execução de títulos extrajudiciais: processos nos tribunais: recursos: direito intertemporal . 52. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 193,63 | R\$ 193,63 |
| Códigos Jurídicos Secos, Anotados, Comentados ou Interpretados; Constituições Secas, Anotadas, Comentadas ou Interpretadas; Coletâneas ou Consolidações de Legislação de diversas, Secas, Comentadas, Anotadas ou Interpretadas, inclusive Vade-Mecum (gerais ou especializados): 14 títulos (20 exemplares) | | | | | | |
| 48. | UN | Brasil. Vade mecum RT 2019 . 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019 | 5 | 33,64% | R\$ 124,67 | R\$ 623,35 |
| 49. | UN | Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos: Lei 8.666/1993 . 18. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019 | 3 | 33,64% | R\$ 270,00 | R\$ 810,00 |
| 50. | UN | Amado, Frederico. Legislação ambiental comentada: para concursos: doutrina, jurisprudência e questões de concursos . 2. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2018. | 1 | 33,64% | R\$ 112,00 | R\$ 112,00 |
| 51. | UN | Brasil. Código de processo penal; e Constituição federal / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha]. 59. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 138,55 | R\$ 138,55 |
| 52. | UN | Brasil. Código penal; e Constituição federal / obra coletiva de autoria da editora Saraiva com a colaboração de Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 57. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 141,43 | R\$ 141,43 |

| | | | | | | |
|---|----|--|---|--------|------------|------------|
| 53. | UN | Brasil. Código de processo civil; e Constituição federal / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha]. 48. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 145,25 | R\$ 145,25 |
| 54. | UN | Brasil. Código civil; e Constituição federal / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 70. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 156,96 | R\$ 156,96 |
| 55. | UN | Brasil. Código eleitoral: Constituição federal +código + legislação / organização: Luciana Nepomuceno. 24. ed. São Paulo: Rideel, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 37,27 | R\$ 37,27 |
| 56. | UN | Brasil. Vade mecum Saraiva: 2019 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva, com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 28. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 196,89 | R\$ 196,89 |
| 57. | UN | Niebuhr, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico . 8. ed., rev., ampl. e atual. de acordo com o Decreto nº 10.024/19 Belo Horizonte: Fórum, 2020. | 1 | 33,64% | R\$ 112,06 | R\$ 112,06 |
| 58. | UN | Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto: direito material e processo coletivo: volume único / Ada Pellegrini Grinover. [et al.]. 12. ed., rev., atual. e reform. Rio de Janeiro : Gen, Forense, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 285,35 | R\$ 285,35 |
| 59. | UN | Gonçalves, Victor Eduardo Rios. Legislação penal especial v.24: t.1 . 15. ed. São Paulo: Saraiva jur,2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,44 | R\$ 55,44 |
| 60. | UN | Gonçalves, Victor Eduardo Rios. Legislação penal especial v.24: t.2 . 5. ed. São Paulo: Saraiva jur,2019. | 1 | 33,64% | R\$ 55,44 | R\$ 55,44 |
| 61. | UN | Theodoro Júnior, Humberto. Lei do mandado de segurança: comentada artigo por artigo . 2. ed.,rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Gen, Forense, 2018. | 1 | 33,64% | R\$ 120,49 | R\$ 120,49 |
| Material bibliográfico de outras áreas, especialmente de Medicina, Odontologia, Engenharia, Ciências da Saúde, Informática e Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Administração, Finanças, Controle Interno, Ciência da Informação e Arquivologia: títulos 3 (3 exemplares) | | | | | | |
| 62. | UN | Cruz, Glauber Eduardo Ribeiro. A atuação parlamentar do partido dos trabalhadores . | 1 | 33,64% | R\$ 60,18 | R\$ 60,18 |

| | | | | | | |
|---|----|--|---|--------|-----------|-----------|
| | | Curitiba: Appris, 2019. | | | | |
| 63. | UN | Tamasauskas, Igor Sant'anna. Corrupção política: análise problematização e proposta para o seu enfrentamento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 90,38 | R\$ 90,38 |
| 64. | UN | Vale, Michelle de Souza. Mulheres no poder: a trajetória política de Eunice Michiles, a primeira senadora no Brasil. Curitiba: Appris, 2019. | 1 | 33,64% | R\$ 32,83 | R\$ 32,83 |
| VALOR TOTAL MÁXIMO DA AQUISIÇÃO: R\$ 8.416,02 (oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e dois centavos) | | | | | | |

6. PENALIDADES

Conforme disposto no Edital.